



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0345192/2019**

PA COPAM Nº: 1150/2019/001/2019

**SITUAÇÃO:** Sugestão pelo Deferimento

**EMPREENDEDOR:** Oscarina Ferreira da Cunha

**CPF:** 322.509.836-15

**EMPREENDIMENTO:** Fazenda Nossa Senhora das Dores,  
matrícula 17.660

**CNPJ:** -----

**MUNICÍPIO:** Santa Juliana

**ZONA:** Rural

**CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:**

- Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos.

| CÓDIGO:   | ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):   | CLASSE       | CRITÉRIO LOCACIONAL |
|-----------|--|--------------|---------------------|
| G-01-01-5 | Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) | 2            | 1                   |
| G-01-03-1 | Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura                  | Não passível | 1                   |

**CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

**REGISTRO:**

Fernando Antonio de Mattos Alves

CTF 6134607  
ART 14201900000005057745

**AUTORIA DO PARECER**

**MATRÍCULA**

**ASSINATURA**

Mariane Mendes Macedo  
Gestora Ambiental

1.325.259-8

*Mariane Mendes Macedo*  
Mariane Mendes  
Analista  
Maps. 1.3.  
SUPRAM

De acordo:  
Rodrigo Angelis Alvarez  
Diretor Regional de Regularização Ambiental

1.191.774-7

*Rodrigo Angelis Alvarez*  
Rodrigo Angelis Alv  
Diretor Reg. de Regularização Amb  
MARE 1191774-7  
SUPRAM-AP



**Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0345192/2019**

O empreendimento Fazenda Nossa Senhora das Dores, matrícula 17.660, atua no ramo das atividades agrossilvipastoris, como atividade principal a horticultura, no município de Santa Juliana/MG. Em 19/05/2019 foi formalizado na Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba o processo de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº 1150/2019/001/2019, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

O empreendimento possui um contrato particular de arrendamento agrícola, referente a uma área de 96,80 ha, sendo Oscarina Ferreira da Cunha e Antonio Célio Silva os arrendantes e Edson Carlos Stock o arrendatário.

A área total do empreendimento é de 130,6736 ha, sendo 92,66 ha sua área útil. Suas atividades objeto deste licenciamento é horticultura (batata, cenoura, cebola, entre outras "HF") em uma área de 50,60 ha e cultura anuais (soja, milho, sorgo, trigo, milho, entre outras) em uma área de 92,66 ha. Foram apresentadas informações adicionais, com intuito de esclarecer que o empreendimento possui de forma mais constante o plantio de culturas anuais em sistema de rotação de cultura, durante todo o ano. Esporadicamente, são realizadas atividade de horticultura, após o período da safra de verão, podendo ocorrer plantios esporádicos em épocas diversas de acordo com a tecnologia e sazonalidade, por isso a área de 50,66 ha da atividade de horticultura está inserida na área útil total objeto desta licença (92,66 ha). Também informou-se que os caminhões e serviços de motoristas são terceirizados.

O empreendimento está localizado em área com remanescentes de Cerrado, com presença de curso d'água. Sua Área de Preservação Permanente (APP) encontra-se cercada. Foi apresentado o CAR sob o Registro MG-3157708-5E80.791B.BE45.41F7.BF8C.F283.4658.9F5C, sendo informada uma área de 25,2800 ha de Reserva Legal.

Para o desenvolvimento da atividade de irrigação o empreendedor possui a outorga Portaria 02469/2013 de uso coletivo, em processo de renovação.

Para o desenvolvimento das atividades o empreendedor adota o manejo do solo convencional e plantio direto, a partir de tecnologia de terraço, plantio em nível, rotação de cultura e plantio de leguminosas. Sendo realizada a adubação química, uso de defensivos agrícolas e irrigação a partir de um Pivot central.

Como principais impactos inerentes às atividades e devidamente mapeados no RAS registrou-se a geração de efluentes líquidos e embalagens de herbicidas.



**Continuação do Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0345192/2019**

Foi informado no RAS que os funcionários utilizam banheiros químicos, uma vez que não há residência na propriedade, por isso os efluentes líquidos gerados a partir dos sanitários são recolhidos pela empresa fornecedora dos mesmos. As embalagens dos herbicidas passam pelo processo de triplice lavagem, por isso seus efluentes são reaproveitados no processo e as embalagens são devolvidas ao posto de recebimento autorizado, ADICER de Santa Juliana. Anterior a sua entrega, estas embalagens vazias são acondicionadas em um depósito de alvenaria localizado na Fazenda Itacorá, matrícula 14.719 – CRI- Nova Ponte, devidamente licenciada com AAF nº04902/2015. Apresentou-se que o empreendimento não gera resíduos sólidos domésticos, uma vez que não há moradores na propriedade. O baixo volume de resíduos gerados pelos funcionários é destinado às lixeiras próprias na cidade e coletados pelo serviço do município.

Informou-se que os maquinários e implementos agrícolas ficam no empreendimento, temporariamente, no momento do plantio e colheita, tendo como local definitivo de guarda e manutenção a Fazenda Itacorá.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Fazenda Nossa Senhora das Dores, matrícula 17.660 para a atividade de horticultura e culturas anuais, no município de Sana Juliana/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

**Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo portanto o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.**



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Fazenda Nossa Senhora das Dores, matrícula 17.660

| Item | Descrição da Condicionante   | Prazo*                        |
|------|--|-------------------------------|
| 01   | Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. | Durante a vigência da licença |

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

### IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM TM/AP, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);
- Os relatórios e análises de laboratórios deverão estar em conformidade com a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Fazenda Nossa Senhora das Dores, matrícula 17.660

#### 1. Resíduos Sólidos

Enviar anualmente à Súpram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

| Resíduo     |        |                                      |                              | Transportador   |                      | Disposição final   |                     |                      |                            | Obs. |                     |
|-------------|--------|--------------------------------------|------------------------------|-----------------|----------------------|--------------------|---------------------|----------------------|----------------------------|------|---------------------|
| Denominação | Origem | Classe<br>NBR<br>10.004 <sup>1</sup> | Taxa de<br>geração<br>kg/mês | Razão<br>social | Endereço<br>completo | Forma <sup>2</sup> | Empresa responsável |                      |                            |      |                     |
|             |        |                                      |                              |                 |                      |                    | Razão<br>social     | Endereço<br>completo | Licenciamento<br>ambiental |      |                     |
|             |        |                                      |                              |                 |                      |                    |                     |                      | Nº<br>processo             |      | Data da<br>validade |

(1) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(2) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

1- Reutilização

2 - Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

5 - Incineração

6 - Co-processamento

7 - Aplicação no solo

8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)

9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Os resíduos reciclados deverão ter destinação correta, conforme sua categoria, a cooperativa/ centro de recebimento de materiais reciclados.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduos em tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I - perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM  
Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro e Alto  
Paranaíba

PT LAS RAS nº  
0345192/2019  
Data: 12/06/2019  
Pág. 5 de 6

doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor. *m*